

A Morte do Inocente e os Inocentes Acerca da Morte

O aborto é contrário a Lei de Deus! Esta afirmação nos chegou com peculiar veemência através das mais diversas fontes ao longo de muitos anos, e seus proponentes expressaram-se sempre concordes aos próprios conhecimentos. O desejo de se tratar do tema é comum aos articulistas espíritas; e, com maior ou menor desenvoltura, o que se verifica na maioria deles é o apoio irrestrito a idéia – muitos até se esquecem de consultar as Obras Básicas e verificar que o Espiritismo propõe a prática caso se verifique a possibilidade da morte da mãe, em parto dificultoso (*O Livro dos Espíritos*, q. 359). Sempre haverá nova oportunidade para o Espírito reencarnar, em condições ideais para ele e para a gestante. Numa análise simples, tomemos a questão de nº 357 de *O Livro dos Espíritos*:

*“357. Que conseqüências tem para o Espírito o aborto?
É uma existência nulificada e que ele terá de recommençar.”*

Os Espíritos não apontam uma só conseqüência negativa do aborto, a menos que consideremos como negativa a necessidade de recommençar – mas a Lei da Reencarnação já não nos conduz forçosamente para uma nova existência? Ademais, a questão não faz referência ao aborto provocado tampouco ao aborto natural – esta, na realidade, refere-se a ambas. Kardec por certo não dá margem para a dúvida e especifica o que deseja saber na questão seguinte. Observemo-la:

*“358. Constitui crime a provocação do aborto, em qualquer período da gestação?
Há crime sempre que transgredis a lei de Deus. Uma mãe, ou quem quer que seja, cometerá crime sempre que tirar a vida a uma criança antes do seu nascimento, por isso que impede uma alma de passar pelas provas a que serviria de instrumento o corpo que se estava formando.”*

Destarte, o aborto é um crime perante a Lei de Deus! Ponto final... Será? Seremos mesmo capazes, em nossa diminuta senda, de transgredir ou agir à margem da Lei de Deus? A lógica é simples – nenhum de nossos atos pode de fato interferir nas Leis de Deus. O aborto, para efeito de gravidade na balança da justiça cósmica, possui o mesmo peso de qualquer assassinato, realizado a qualquer tempo e sob quaisquer circunstâncias. O impedimento que se estabelece a partir do ato mortal, seja ele qual for, no tocante a alma dar continuidade a sua trajetória existencial, possui gravidade relativa posto que ninguém conhece a trajetória de tal e tal alma. Aborto e eutanásia impedem um Espírito de passar pelas conseqüências de seus atos pregressos tanto quanto de se provar pelos percalços que determinou cruzarem-lhe o caminho; não há alcançado tal mesmo objetivo quando do assassinio de um sujeito que esteja em qualquer dos estágios de uma sua existência?

Seja adolescente ou senhor de meia idade, tenha saúde plena ou vegete há anos sobre um leito, a morte contempla a todos, inexoravelmente. Contudo, tal argumentação não busca a justificativa do aborto provocado – em contraposição ao espontâneo – mas, sim, determinar o alcance da mítica que se criou em derredor da prática, especificamente em suas conseqüências espirituais; porém, sem subtrair a uma análise de seus desdobramentos materiais. O aborto advém de uma questão cultural – sem que as elucubrações acerca do fato percam-se na apresentação dos motivadores sociológicos, pode-se resumir a questão, a grosso modo, a uma rejeição de motivações múltiplas. O espectro de desencadeadores que levam à prática do aborto é multifacetada em demasia para serem expostos com o cuidado necessário, e merecido, no presente e despretensioso artigo.

O aborto, categorizado como assassinato é universalmente amaldiçoado, porque o ato é impingido contra quem não pode defender-se – acuado em sua pequenez, envolvido por liquido e escuridão, o germe de homem não é capaz sequer de bradar contra aqueles que lhe rompem o tênue fio de vida com que se agarra desde a concepção. Culturalmente, contudo, o que hoje se coaduna de princípios civilizados, teve, desde há muito, interpretações particularíssimas, e de conseqüências estranhas para aqueles que alimentam idéias engessadas acerca do assunto. Gregos e indígenas, para não citarmos tantas outras culturas e povos ao longo da História humana, tinham e têm respectivamente, a prática

de dar cabo dos bebês recém-nascidos que apresentem deficiências físicas explícitas e ou mentais implícitas, que surgirão apenas no decorrer de alguns anos. Mortos ou abandonados, essas criaturas foram e são enjeitadas por aqueles que, pensamos lhes deveriam devotar cuidados; mas pais e mães estão, como estes, sujeitos as intempéries da existência, expostos a toda sorte de perigos e moléstias que lhes podem vitimar, legando o pesado fardo de criar um filho problemático a outrem. A solução aparentemente bárbara, mas muito simples, é matar o mal pela raiz – findo o problema em seu início, não haverá problemas futuros.

Nossa sociedade de civilizados preceitos criou sua própria versão para isto – quantas crianças acabam nascendo incógnitas, fruto de gestações indesejadas e vão dar em lixeiras, lagos, rios e bueiros infectos, simplesmente porque a irresponsável mãe deseja esconder o fruto de seu pecado de um círculo de relações que a condenaria pelo restante de seus dias ao estigma de meretriz? E quantas não o fazem porque não se sentem prontas a responder pela vida de outro ser? Muitos desses seres recém-nascidos para uma nova encarnação são descobertos e salvos; quantos mais, contudo, terminam seus dias sucumbindo diante do frio ou sufocados no imo de sacos plásticos ou caixas, tendo seus restos devorados pela fauna que frequenta os lixões das cidades? Não seria melhor que estas criaturas não atingissem o termo final de seu desenvolvimento gestacional? O acaso não contempla a ninguém – seres que têm tal fim o mereceram certamente. Não há inocentes.

A idéia que vulgarmente se faz segundo a qual todo bebê é um anjinho decorre de fatores múltiplos, que vão desde os vícios de aculturação que atravessa gerações, até hipóteses científicas segundo a qual a aparência dos bebês decorre de um elaborado labor evolutivo, necessário a preservação da espécie, que dotou-nos na primeira infância com aparência capaz de despertar os mais nobilíssimos sentimentos em nossos genitores – o mítico instinto maternal é sempre evocado quando se trata do espírito de sacrifício de pais frente a filhos, especificamente da mãe. Olhos amendoados, expressão inocente e curiosa, compleição rechonchuda e frágil que solicita zelo constante é apenas a condição mais patente da capacidade da matéria nublar o Espírito que a ela está ligada. Facínoras de toda sorte um dia foram crianças, por mais difíceis sejam os exercícios de imaginação que nos propiciem o vislumbre disto.

O Espiritismo apenas vem trazer ferramentas para a compreensão de tais realidades, ultrapassando os limites das hipóteses científicas materialistas que creditam os Espíritos à condição de quimeras fantásticas da imaginação humana – por certo que não pregamos o aborto, tampouco o justificamos ao levar em conta o nascimento de Espíritos de valores de caráter tortos; buscamos apenas o maior entendimento que a Doutrina dos Espíritos nos pode fazer alcançar, desvelando de nossos olhos as farsas montadas por milênios de valores culturais equivocados e persistentes. Em meio a mudanças no relacionamento de pais e filhos, fenômeno corrente em nossos dias, a confusão que se instalou nos primeiros é campo fértil para toda sorte de fenômenos e equívocos. À medida que o paradigma familiar se altera, alteram-se também os resultados alcançados com a educação que se deveria dar aos filhos. Tem se tratado sobremaneira acerca da paternidade intrusiva, ou invasiva, e muito há por ser dito e observado acerca do assunto.

Em contrapartida a pais que sufocam seus filhos com excesso de atenção e zelo, outros há que não se fiam pela correção paterna, comprometidos muito mais com suas próprias necessidades; enfatiados e ou arrependidos com a paternidade, relegam aos filhos um desrespeitoso segundo plano. Isto, em parte explica as crianças que erram entre as casas dos pais biológicos verdadeiros e de padrastos e madrastas, e dos agregados cujo grau de parentesco é qualquer coisa de deixar um estudioso da genealogia perdido. Mas, tais palpitantes questões acerca da família deixemos para abordar em outro e futuro artigo. O foco presente reside no aborto. Outro complemento que as Obras Básicas ofertam-nos acerca do assunto da vida e da morte se encontra em *A Gênese*, capítulo XI, item *Encarnação dos Espíritos*, subitem 18:

“Quando o Espírito tem de encarnar num corpo humano em vias de formação, um laço fluídico, que mais não é do que uma expansão do seu perispírito, o liga ao gérmen que o

atrai por uma força irresistível, desde o momento da concepção. À medida que o gérmen se desenvolve, o laço se encurta. Sob a influência do princípio vito-material do gérmen, o perispírito, que possui certas propriedades da matéria, se une, molécula a molécula, ao corpo em formação, donde o poder dizer-se que o Espírito, por intermédio do seu perispírito, se enraíza, de certa maneira, nesse gérmen, como uma planta na terra. Quando o gérmen chega ao seu pleno desenvolvimento, completa é a união; nasce então o ser para a vida exterior.”

Uma analogia bastante pertinente é aquela que podemos fazer no tocante ao momento em que toda criança aprende a andar de bicicleta – até certo trecho do percurso, os pais movem o veículo com o uso da força bruta, para que este, no embalo da disparada desenvolva certa velocidade, facultando as pernas diminutas da criança mover os pedais, a correia e por conseguinte as rodas que permitem a bicicleta cumprir sua função. O Espírito, chamado a interagir ostensivamente com a matéria, deve encontrar um ambiente propício – aguardar por um ônibus não encontrará seu êxito acaso não haja nenhum ônibus para circular; um Espírito não pode se reencarnar se não houver matéria para tanto – e aos pais cabe dar o pontapé inicial; havendo o desenvolvimento do subproduto da fusão de óvulo e espermatozóide, aí facultando a um Espírito reencarnar-se, pode haver a vida que imaginam todos estar lá desde o princípio, mas que não está.

O momento exato da ligação de Espírito e matéria, talvez a ciência materialista o tenha encontrado, dando-se no estágio embrionário da gestação da nova vida – melhor: no exato momento anterior a ligação de Espírito e matéria. Isto, todavia, é uma hipótese baseada num raciocínio simples, segundo a qual embriões congelados não podem, necessariamente conter Espíritos ligados a eles; tal idéia nos surgiu diante da reflexão da questão dos milhares de embriões congelados que permanecem contidos em refrigeradores de clínicas de fertilidade em todo o mundo, a espera de lograrem êxito ou a lata de lixo hospitalar. Fatalmente contidos pela matéria que lhes daria nova vida, tais Espíritos estariam sim subjugados numa fatalidade a guisa de castigo, indefinidamente estacados, enraizados num cubo de gelo microscópico que lhes deveria servir de veículo para novas experiências.

Que espécie de Deus permitiria isto? Certamente não o Criador proposto pelo Espiritismo. De pleno gozo de seu livre-arbítrio, o Espírito que se encontrasse em tal situação poderia e pode abandonar o germe do corpo que lhe serviria – tal mesmo fato ocorre diuturnamente, e podemos aventar por ser a explicação de maior bom senso aos abortos espontâneos, e respaldada pelas Obras Básicas (*O Livro dos Espíritos*, questão 344 e seguintes). As motivações dos Espíritos para tanto, permanecem no âmbito de suas particularidades. Assim, tais embriões mantêm-se aptos a receber um Espírito, desde o instante em que são postos no andamento natural de seu desenvolvimento – tal hipótese não apenas explica os abortos espontâneos, mas a incidência de abortos nos casos de inseminação artificial, onde se utilizam pelo menos mais de um embrião, a fim de que, a exemplo das sementes que plantamos num vaso, ao menos um vingue. Outrossim, justifica os muitos casos de nascimentos múltiplos, onde gêmeos, trigêmeos e mesmo ainda quadrigêmeos não são incomuns.

O aborto carrega consigo um estigma que perpassa sua praticante, como acima referido, socialmente apontada por onde lhes conheçam o ato. Entretanto, quão mais contundentes forem os julgamentos precipitados, o frenesi por justiça a todo custo, menos iremos entender as ações humanas, e sempre nos proporemos a segregar nossos semelhantes por seus atos, lhes subtraindo toda chance de, sequer, explicar-se, que o diga arrepende-se e reparar-se. No tocante aos Espíritos que foram abortados, a Doutrina dos Espíritos é fabulosa para criar-se um laço de entendimento entre mãe e filho no sentido de facultar ao segundo uma nova oportunidade de nascimento, em condições mais propícias e salutares. Os terroristas espíritas em plantão permanente por certo vêem no aborto uma prática sem volta, um mal sem reparação, o motivador de deformidades perispirituais e ovóides que residem apenas na imaginação do Espírito que inventou tais sandices que, de espíritas, nada possuem.

Argumento muito utilizado por aqueles que são favoráveis ao aborto toca em questão muito cara ao Espiritismo – a Lei do Livre-Arbítrio. As mulheres são proprietárias de seu corpo – a grosso modo,

isto é uma inverdade; o Espiritismo revela que tal posse é transitória, ou seja, possui uma data de vencimento. No decorrer entre nascimento e morte, de fato, cabe ao Espírito detentor do corpo com que se reencarnou fazer o melhor uso possível deste, a fim de realizar as experiências que lhes são inerentes e necessárias ao progresso. Tal fato, aliás, o faculta a um sem número de situações onde pode, com maior ou menor desenvoltura, estender ou diminuir sua própria existência – foi assim com Allan Kardec que, trabalhador incansável, subtraiu-se ao necessário descanso e antecipou seu desencarne, desencadeado por um aneurisma cerebral. Não resulta em um fim igualmente temerário para o Espírito, por exemplo, partir por haver abusado do corpo donde se reencarnou deixando uma família que dele dependia? De filhos que ainda necessitavam de sua orientação e cuidados? Não seria isto um suicídio?

A idéia que muito vulgarmente se faz neste tocante é a de tratar tais casos com certa complacência, afinal de contas, não são poucos os que abusam de substâncias que lhes pode abreviar os dias na matéria – mas, ao aborto, o julgo máximo. Mais confortável comprar a própria consciência a guisa de justificar os próprios vícios que ter compaixão, solidariedade e algum altruísmo com mulheres que, desorientadas e imaturas emocionalmente arriscam-se a perder a vida nas mãos de carneiros que lhes promete alívio rápido dos problemas. Muito se discute acerca da legalização do aborto, principalmente nos dias que correm, onde uma parcela significativa da população, incitada por algumas correntes de ideologia evangélica, passou a aderir a esta idéia. O governante que porventura se defrontar com a possibilidade real de legalizar a prática do aborto em nosso país estará em situação delicada.

Para se alcançar a legalização da prática do aborto sob a alegação de fornecer serviço humanizado e profissional às mulheres, seria de se considerar se todo e qualquer serviço de saúde em nosso país é humanizado e profissional – todo brasileiro minimamente consciente sabe que o setor da saúde pública é lastimável. Imaginemos que se formem filas de mulheres solicitantes de um aborto – dada a lentidão com que são realizados os procedimentos cirúrgicos em nosso sistema público de saúde, as gestantes teriam seus filhos antes de alcançarem a mesa cirúrgica. Ou pior, apelariam justamente aos carneiros ilegais, que podem não oferecer segurança, higiene e um tratamento humano, mas são mais rápidos, certamente. Havendo ainda, a possibilidade legal para o aborto, quantos jovens arriscar-se-iam a uma prática irresponsável e insegura do sexo sob as escusas de se abortar quantas vezes se mostrarem necessários as conseqüências do mesmo?

A população brasileira explodiria na mesma medida que o contágio por doenças sexualmente transmissíveis, assim como o aborto em si. Como se vê, antes que abordemos a questão espiritual do aborto, seria mais que necessário tomarmos de mínima racionalidade para julgar com maior bom senso, e praticidade a questão; os abortados, destarte Espíritos que, por quaisquer motivos, tiveram seu fim à maneira não natural, tem e terão sempre a oportunidade de nova existência, decorrência da Lei de Progresso (ou Evolução) e da Lei da Reencarnação. Assim sendo, toda a gama de sentimentos negativos oriundos do ato não deixam de ser fugazes perante a grandiosidade da imortalidade do fenômeno da vida. Espíritos imortais que somos, auxiliados ainda pela Doutrina dos Espíritos, depressa necessitamos considerar tal ideário a fim de encontrar os meios mais confortáveis para vivermos, e vivermos felizes.

Por um derradeiro exercício pertinente a natureza humana, a fim de que possamos refletir acerca do tema, consideremos a seguinte situação – um pai de família alcança sua casa depois de um estafante dia de labor. Ao adentrar seu lar pela porta da frente, depara-se com a tranca rompida e, preocupado, ganha o interior da casa; estarecido, depara-se com um homem violentando sua filha – a seu lado se encontra uma mesinha de telefone, e sobre esta, além do aparelho, uma arma ali pousada, carregada, a espera de seu usuário. Em lugar deste pai, que atitude tomar? De nossa parte, amigo leitor, esteja certo que daríamos cabo, sem pestanejar, da vida deste sujeito. E vós, que atitude tomaria? Pensemos nisto, antes de nos outorgarmos juizes da existência alheia; e pensemos já!